

RIBEIRINHOS: crimes ambientais podem ser evitados com orientações às comunidades

Maria Amávia de Souza Campos¹

RESUMO

As populações ribeirinhas, são povos que vivem nas beiras dos rios e geralmente são extremamente pobres e sofrem com as poluições dos rios e esgoto. As comunidades ribeirinhas vivem em casas de palafitas, as atividades que eles praticam são artesanato e a agricultura. A herança indígena de caiçaras e ribeirinhos se manifesta no principal sistema de cultivo, a roça de mandioca baseada na queima e derrubada da vegetação, seguindo um sistema de rodízio entre áreas cultivadas e áreas em recuperação. A mandioca é utilizada principalmente para se fazer a farinha, através de elaborado e intenso processamento para remover os compostos tóxicos da raiz, o qual geralmente é realizado nas casas de farinha, por vários membros da comunidade (ou da família) trabalhando em conjunto. A pesca é bastante difundida em ambas culturas, ocorrendo geralmente de forma mais artesanal, ou seja, utilizando barcos pequenos (ou mesmo canoas) com pouca autonomia, com tripulação reduzida e baseada em uma economia familiar. As técnicas de pesca são bastante diversificadas, incluindo redes de pesca de vários tipos (espera, arrasto, dentre outras), anzol e linha, espinhel (vários anzóis atados a uma corda), tarrafas e armadilhas diversas, utilizadas para capturar várias espécies de peixes, moluscos e crustáceos. Apesar da variedade de petrechos utilizados, as redes de pesca, principalmente as redes de espera confeccionadas com material sintético (nylon), têm sido muito utilizadas por pescadores caiçaras e ribeirinhos. A popularização dessa técnica possivelmente se deve a seu maior rendimento em relação ao esforço de pesca, pois a rede pode ser mantida na água por várias horas, sem a presença do pescador, que pode se dedicar a outras atividades (ou mesmo utilizar simultaneamente outras artes de pesca).

Palavras-chave: Amazônida; Ribeirinhos; Sobrevivência.

Relato afetivo de observação sistemática

A população do Amazonas é de 4,081 milhões de habitantes, o que corresponde a 1,95% da população brasileira, que é de 209,3 milhões. Destes 4,081 milhões, 2.145.44 vivem na capital, Manaus, e o restante está distribuído nos 61 municípios do interior do Estado, sendo que as cidades mais urbanizadas e populosas são, respectivamente,

¹ Professora, Advogada e Membro da Sociedade Civil da Comissão Própria de Avaliação – CPA da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

Parintins, com 113 mil habitantes, Itacoatiara, com 99,9 mil, Manacapuru, com 96,2 mil, Coari, com 84,2 mil, e Tabatinga, com 64,4 mil.

O restante da população se espalha pela grande extensão territorial do Estado, pois o território amazonense equivale a 18,31% do território brasileiro, vivendo em pequenos municípios sem infraestrutura urbana e sem oportunidades econômicas, educacionais e, sobretudo, sociais. E o que se pode depreender dessas estatísticas relacionadas ao Amazonas é que praticamente metade da população do Estado pertence à zona rural e ribeirinha, tendo de sobreviver do que a natureza possa lhe proporcionar diretamente².

Portanto, as comunidades ribeirinhas se valem da caça de animais e da pesca para prover o seu sustento, sendo que as suas práticas de exploração da natureza, que geralmente são sustentáveis, advém de comportamentos tradicionais, sendo repassados de geração em geração. Entretanto, a influência de grupos externos, sobretudo de empresários de pesca, dentre outros, gradativamente interferem no *modus operandis* dessas populações, fazendo com que suas práticas se alterem. Dessa forma, as comunidades passam a transgredir regras essenciais para o desenvolvimento ambiental, dentre elas não respeitar o período de defeso das espécies.

Outra influência negativa é a de comércio ilegal de carne de caça, que, apesar da fiscalização dos órgãos ambientais, ainda persiste. E, do mesmo modo, há a extração ilegal de madeira. A introdução dessas atividades ilegais no seio das comunidades ribeirinhas acaba por causar, com o passar do tempo, em mudanças nas suas práticas ancestrais, tornando-as um risco para a sua própria sobrevivência.

² Alguns são índios ou Brasileiros que vivem na Beira dos Rios, sejam em barracos ou em Palafitas (Casas de madeira construídas sobre Estruturas de Madeira altas para sobreviverem à Cheia dos Rios em épocas de chuvas), através da criação de gado, extrativismo vegetal (extrair borracha e madeira das árvores), produção de algodão e arroz. São pessoas simples que vivem da agronomia familiar, isto é, da produção do seu trabalho na terra. Por residirem em um ambiente onde a força da natureza se faz presente, os ribeirinhos aprenderam a viver em um meio repleto de limitações e desafios impostos pelo rio e pela floresta. A relação desse povo com as mudanças naturais fez com eles que adaptassem o seu cotidiano, seu modo de morar e de buscar meios para sua subsistência.

Suas moradias são construídas utilizando a madeira como principal alternativa de construção. A grande maioria das casas são palafitas, não possui energia elétrica, água encanada e saneamento básico e estão localizadas próximas às margens dos rios. Construídas alguns metros acima do nível do rio para evitar que sejam invadidas pelas águas durante as enchentes, as palafitas ainda possuem a tecnologia de uso de tábuas para subir o piso nos períodos de cheia.

Interferência igualmente negativa e de grande impacto no âmbito ambiental é a proliferação do tráfico de animais silvestres, que, apesar da fiscalização dos órgãos ambientais, se revela incipiente e ineficiente, especialmente pelo fato de a população ribeira não ver nessa atividade uma transgressão das leis ambientais.

Portanto, para combater esses crimes, é necessário que, além das equipes de fiscalização dos órgãos ambientais seja aumentada, via concurso público para provimento de cargos de técnicos e fiscais ambientais, também seja realizado um trabalho de educação ambiental, pois, não se pode esperar que as comunidades ribeirinhas – que não têm acesso às leis ambientais – entendam os riscos que correm ao mudar os hábitos tradicionais e promoverem a caça e a extração ilegal dos recursos da natureza.

Além de dotar os órgãos de controle ambiental de uma estrutura adequada – tanto de mão de obra quanto de aparelhos e veículos – é necessário que a ação de fiscalização seja realizada concomitantemente com atividades de orientação, workshops, oficinas e outras atividades desenvolvidas junto a líderes comunitários, associações agroextrativistas e estudantes das regiões afetadas para que eles se tornem multiplicadores e, sobretudo, se tornem aliados dos órgãos ambientais, realizando denúncias.

Em janeiro deste ano, os fiscais do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) flagraram a extração ilegal de madeira no Lago do Catalão, no município de Iranduba, localizado a 25 quilômetros de Manaus em linha reta. Ainda durante a ação de fiscalização, o Ipaam notificou cinco flutuantes no Lago do Janauari, em Iranduba, por não comprovarem o tratamento dos influentes domésticos. O flagrante é resultado da primeira ação de fiscalização do órgão em 2019, de acordo com a Gerência de Fiscalização Ambiental, e que foi deflagrada após o órgão ter recebido denúncias.

Assim como esta situação descrita acima, dezenas de outras ocorrem semanalmente nas regiões ribeirinhas, mas que, infelizmente, não podem ser evitadas pela pouca estrutura desses órgãos. Por essa razão, o investimento estadual e federal em ações preventivas, dentre elas a educação ambiental, se mostra a arma mais eficaz no combate a esses ilícitos.

Manaus, março 2019.